

Redes criminais, tráfico e consumo de drogas nas periferias de Fortaleza, Ceará, Brasil (2000-2020)

Matos-Júnior, C. C. e Santiago-Neto, J. P. (2021). Redes criminais, tráfico e consumo de drogas nas periferias de Fortaleza, Ceará, Brasil (2000-2020). *Revista Cultura y Droga*, 26(32), 17-39. <https://doi.org/10.17151/culdr.2021.26.32.2>

Clodomir Cordeiro de Matos Júnior*
João Pedro de Santiago Neto**


Recibido: 16 de diciembre de 2020
Aprobado: 7 de enero de 2021

Resumo


O trabalho visa explorar as transformações do mercado varejista de drogas ilegais em Fortaleza, Ceará, Brasil, nos últimos vinte anos e sua importância para a compreensão da figuração criminal que se torna visível no estado a partir de 2014. Privilegiando as representações e experiências dos traficantes varejistas das periferias da capital cearense, através de imersões etnográficas, entrevistas e conversas informais realizadas entre os anos de 2016 e 2019 em quatro bairros da cidade, o artigo destaca para o debate, por um lado, o processo histórico de diversificação da oferta de mercadorias ilegais como um momento decisivo na mudança da lógica de atuação das redes criminais no estado, e, por outro, os ajustamentos e dispositivos de controle que permeiam os engajamentos desses sujeitos no tráfico e consumo de drogas nos bairros periféricos da região Nordeste do Brasil.

Palavras-chave: tráfico, consumo, drogas, redes, Fortaleza.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Bernardo, Maranhão, Brasil. E-mail: clodomir.cordeiro@ufma.br.

 orcid.org/0000-0001-5923-6980. **Google Scholar**

** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil. Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil.

E-mail: joao_santiago_33@yahoo.com.br.  orcid.org/0000-0001-8052-2869. **Google Scholar**



Redes criminales, narcotráfico y consumo de drogas en las periferias de Fortaleza, Ceará, Brasil (2000-2020)

Resumen

El trabajo tiene como objetivo explorar las transformaciones del mercado minorista de drogas ilegales en Fortaleza, Ceará, Brasil, en los últimos veinte años y su importancia para la comprensión de la figuración delictiva que se hace visible en el Estado a partir de 2014. Se privilegian las representaciones y experiencias de los comerciantes minoristas en las periferias de la capital cearense, a través de inmersiones etnográficas, entrevistas y conversaciones informales realizadas entre los años 2016 y 2019 en cuatro barrios de la ciudad. El artículo destaca para el debate, por un lado, el proceso histórico de diversificación de la oferta de bienes ilegales como un momento decisivo en el cambio de la lógica de acción de las redes criminales en el Estado y, por otro lado, los ajustes y dispositivos de control que permean el involucramiento de estos sujetos en el tráfico y consumo de drogas en los barrios periféricos de la región Nordeste de Brasil.

Palabras clave: tráfico, consumo, drogas, redes, Fortaleza.

Criminal networks, drug trafficking and consumption in the peripheries of Fortaleza, Ceará, Brazil (2000-2020)

Abstract

The objective of the work is to explore the transformations in the illegal drug retail market in Fortaleza, Ceará, Brazil in the last twenty years and its importance for understanding the criminal representation that has become visible in this State as of 2014. Representations and experiences of retail traffickers in the outskirts of the capital of Ceará are privileged through ethnographic immersions, interviews and informal conversations carried out between 2016 and 2019 in four neighborhoods of the city. The article highlights for the debate, on the one hand, the historical process of diversification of supply of illegal goods as a decisive moment in changing the logic of action of criminal networks in the State and, on the other hand, the adjustments and control devices that permeate the involvement of these subjects in drug trafficking and consumption in the peripheral neighborhoods of the Northeast region of Brazil.

Key words: traffic, consumption, drugs, networks, Fortaleza.

Introdução

O trabalho visa explorar as transformações do mercado varejista de drogas ilegais em Fortaleza, Ceará, nos últimos vinte anos e sua importância para a compreensão da emergência e conformação de um novo arranjo criminal no estado. Privilegiando as representações e experiências dos traficantes varejistas de *cannabis*, cocaína e *crack* da capital cearense, temos por objetivo destacar o processo de diversificação da oferta de mercadorias ilegais e seus impactos econômicos e políticos no perfil dos varejistas das periferias de Fortaleza, como também os ajustamentos que permeiam os engajamentos desses sujeitos às redes criminais que se capilarizaram, sobretudo a partir de 2014, nos bairros periféricos da região Nordeste do Brasil.

O texto busca dar visibilidade a um cenário que tornou possível, através do acúmulo de diferentes capitais, a conformação de um arranjo criminal que se precipita de maneira difusa em meados de 2014 no estado, apresentando os resultados de uma investigação realizada, entre os anos de 2016 e 2019, em quatro bairros¹ da periferia de Fortaleza em interlocução com traficantes varejistas de drogas ilegais. Conectando-se às redes nacionais e internacionais de circulação de pessoas e mercadorias legais e ilegais, sobretudo a partir da modernização da infraestrutura de transportes aeroportuários e adensamento populacional da região metropolitana da capital, os varejistas das periferias cearenses nos dão pistas significativas sobre a presença “silenciosa” das redes criminais em terras cearenses² e o processo de acumulação (Misse, 2006) necessário para a conformação contextual dos arranjos criminais.

Historicamente marcado pela atuação de pistoleiros e seus *crimes por encomenda* (Barreira, 2013), pelos recorrentes conflitos entre gangues de bairros das periferias da cidade (Diógenes, 1998; Matos-Júnior, 2004; Paiva, 2019) e pelas performances de torcidas organizadas dentro e fora dos estádios (Ribeiro, 2010),

¹ Buscando preservar a integridade física de nossos interlocutores, seus nomes, assim como os dos bairros onde a pesquisa foi realizada, são fictícios.

² Os principais coletivos que atuam no Ceará são: Comando Vermelho (CV), um dos coletivos mais antigos do Brasil, criado em 1979 no presídio da Ilha Grande no estado do Rio de Janeiro (Coelho, 1979; Leeds, 1998; Misse, 2011); o Primeiro Comando da Capital (PCC), formado no presídio de Taubaté no estado de São Paulo; a Família do Norte (FDN), coletivo da região Amazônica que teria surgido em 2007 em contraposição à expansão do PCC nos presídios de Manaus; e, os Guardiões do Estado (GDE), facção local que mostra seus primeiros sinais de atuação nas periferias da cidade e sistema penitenciário cearense a partir de 2015. Ver: “Conheça os perfis das facções que atuam no Ceará”. <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/03/conheca-os-perfis-das-faccoes-que-atuam-no-ceara.html>. Acesso em 01/07/2021.

as narrativas sobre a associação entre coletivos e práticas ilegais no Ceará passam a destacar, sobretudo a partir de 2014, as ações de redes que até aquele momento agiam de maneira silenciosa, porém efetiva, em Fortaleza e cidades do interior do estado. Para o delegado Francisco de Araújo Crisóstomo, os primeiros sinais de que o “crime organizado” atuava no Ceará despontaram ainda em 1986, quando uma joalheria foi assaltada na capital e um corretor de imóveis sequestrado e assassinado³.

Um arranjo criminal articulado através de redes fragmentadas, regionalmente conectado e aparentemente com pouco capital disponível para investimentos em grandes quantidades de drogas e armas altera-se significativamente com a penetração gradual de atores ligados ao que se convencionou chamar no Brasil de “crime organizado”. Articulando o interior e o exterior das instituições penais do Ceará, os coletivos criminais revelaram de maneira incisiva sua presença, capacidade de organização e repertórios de ação no estado em 2014⁴, estimulando novas maneiras de fazer o crime e padrões de consumo entre os varejistas locais.

Buscando contemplar os objetivos do texto, inicialmente nos debruçaremos sobre a figuração do mercado varejista de drogas ilegais nas periferias de Fortaleza e algumas de suas transformações nas duas últimas décadas. Nesse momento, produtos, dinâmicas e redes que conectam Fortaleza às rotas regionais e internacionais de circulação de mercadorias ilegais ganham forma e densidade através das representações e narrativas de traficantes varejistas que atuam nas periferias da cidade.

³ Ver: “Crime organizado: um problema nacional que aflige o Ceará”.

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/crime-organizado-um-problema-nacional-que-aflige-o-ceara-1.1878935>. Acesso em 15/03/2020.

⁴ O assalto à joalheria King Jóias em 1986; o sequestro e assassinato de um corretor de imóveis na capital cearense em 1987, imputado ao Comando Vermelho (CV); a prisão do traficante carioca Hernando Pinto de Medeiros, o “Uê” em 1996 na avenida Beira-Mar, em Fortaleza; os assaltos às empresas de valores Corpvs Segurança em 1999 e Nordeste Segurança de Valores no ano 2000; o início dos batismos do PCC no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) por “Maurício China” no ano 2000; o furto ao Banco Central em 2005; o resgate de membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) do Instituto Penal Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II) em 2011; e, uma sequência de ataques a bancos no interior do Ceará em 2014, são ações que demonstram a penetração histórica de grupos de outras regiões do país no Ceará antes de 2015. Ver: “Crime organizado: um problema nacional que aflige o Ceará”.

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/crime-organizado-um-problema-nacional-que-aflige-o-ceara-1.1878935>. Acesso em 15/03/2020.

Em um segundo momento, exploraremos as mudanças nas formas de gestão e controle das atividades ligadas ao comércio de mercadorias ilegais e o consumo de drogas nas periferias de Fortaleza a partir de 2014. Diante de uma figuração criminal que coloca em evidência sujeitos conectados, alguns mais outros menos, as redes que atuam em nível nacional e internacional, as experiências associadas ao tráfico e o consumo de drogas transformam-se simbólica e materialmente.

Procedimentos metodológicos

Privilegiando um olhar qualitativo sobre nosso objeto, trabalhamos na execução da pesquisa que deu origem ao presente texto, entre 2016 e 2019, com as etapas descritas a seguir. A primeira etapa da pesquisa foi composta por pesquisas bibliográficas (livros, teses, dissertações e artigos), documentais (relatórios, leis e atas) e midiáticas (jornais, revistas e páginas da internet) acerca dos temas e questões envolvidos em seu desenvolvimento. Em um segundo momento, realizamos uma pesquisa de campo em quatro bairros de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, região Nordeste do Brasil. Buscando aproximar-se do cotidiano dos traficantes varejistas de drogas ilegais desses espaços, entre 2016 e 2019 realizamos, individualmente ou em dupla, imersões etnográficas, conversas informais e entrevistas semiestruturadas com 18 interlocutores, que afirmaram, categoricamente, serem comerciantes de *cannabis*, cocaína e *crack* em suas comunidades.

A pesquisa foi realizada em bairros onde os pesquisadores possuíam experiências prévias de inserção e onde as atividades das facções que atuam na capital mostravam-se presentes de maneira incisiva. Desenvolvendo nossa investigação em áreas de intenso tráfico de drogas de bairros dominados pelos Guardiões do Estado (GDE) e pelo Comando Vermelho (CV), buscamos explorar as experiências dos varejistas locais em um novo arranjo criminal que ganha forma no estado a partir de 2014. As imersões etnográficas ocorreram de forma constante ao longo dos últimos quatro anos, especialmente nas áreas de tráfico dos bairros selecionados para a pesquisa. As conversas informais, individuais ou em grupo, foram realizadas em espaços públicos como praças, ruas, barbearias, bares e campos de futebol, e tornaram possíveis contatos para a realização de entrevistas individuais semiestruturadas, sem o uso de gravadores, que permitiram o aprofundamento de questões significativas sobre o trabalho dos jovens no mundo no tráfico e seu consumo de drogas nas periferias de Fortaleza.

1. Tráfico varejista de drogas ilegais nas periferias cearenses: traços de sua história, produtos e conexões

Analisando as modalidades de atuação do “crime organizado” e suas articulações com o fenômeno do tráfico de drogas ilegais no estado do Rio de Janeiro na década de 1970, Alba Zaluar (2004) considera que:

De fato, foi no final daquela década que o Brasil entrou nas rotas da droga (cocaína), mas a partir de estados muito mais próximos das fontes produtoras, como Acre, Rondônia, Mato Grosso, Paraná e São Paulo (Geffray, 1996, 2001), e pelas rodovias que atravessam o país, especialmente a mais ampla malha existente no estado de São Paulo (Mingard e Goulard, 2002). (Zaluar, 2004, p. 353)

A inserção do Brasil nas rotas internacionais do tráfico de drogas, inicialmente através de seus estados fronteiriços, atendida, naquele momento: às expectativas de altos lucros dos atacadistas da droga, posicionados nos mais altos níveis da hierarquia dessas redes e extremamente organizados; às demandas por ganhos imediatos dos traficantes varejistas locais, envolvidos no comércio de drogas e armas nas periferias das cidades; e, à conformação de *estilos de uso* que se transformavam rapidamente em uma sociedade de consumo como a brasileira (Zaluar, 2004)⁵.

No estado do Ceará o incremento populacional dos últimos cinquenta anos⁶ e a instalação de equipamentos logísticos nas últimas três décadas, tais como o Aeroporto Internacional de Fortaleza e o Complexo Portuário do Pecém⁷, ampliaram exponencialmente a capacidade de transporte e circulação de pessoas e mercadorias em terras cearenses, inserindo o estado nas rotas do lucrativo comércio internacional e nacional de mercadorias legais e ilegais. A associação desses

⁵ Alba Zaluar (2004) utiliza o termo *estilo* para se referir à rapidez com que marcadores sociais da diferença e práticas sociais se modificam em um mundo de redes cada vez mais conectadas.

⁶ A população da capital Fortaleza, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passou de 872.702 indivíduos em 1970 para cerca de 2.669.342 em 2019, tornando-se a quinta cidade mais povoada do país.

⁷ A hipótese da intensificação da inserção do Ceará nas rotas internacionais do tráfico de drogas a partir da década de 1990 está associada, em termos infraestrutural e logístico: à inauguração do novo Terminal de Passageiros (TPS) do Aeroporto Internacional Pinto Martins em Fortaleza, em 07 de fevereiro de 1998; à instalação do terminal portuário do Porto do Pecém na região metropolitana de Fortaleza, em março de 2002; e à inauguração de um novo Terminal de Logística de Carga (TECA) em julho de 2009 no aeroporto internacional do estado. Essas instalações teriam ampliado significativamente a capacidade de circulação de pessoas e importação e exportação de mercadorias, legais e ilegais, no Ceará, atraindo para o estado grupos de traficantes com articulações nacionais e internacionais.

processos contribuiu de maneira decisiva para a transformação do cenário do tráfico varejista de drogas nas periferias de Fortaleza. Nos últimos vinte anos, como apontam nossos interlocutores, ampliou-se a variedade e a qualidade dos produtos oferecidos nas “bocadas” da cidade; potencializou-se a lucratividade dos sujeitos envolvidos nesse arriscado comércio, alterando de maneira significativa o perfil econômico e social dos traficantes varejistas localmente enraizados; e, ganharam forma novas experiências e práticas associadas ao uso dessas substâncias em terras cearenses.

Nascido em Pontamar, tradicional reduto do tráfico varejista de drogas em Fortaleza desde pelo menos a década de 1970, usuário de *cannabis* e traficante do varejo, Carlos descreve com certo saudosismo os produtos, formas de apresentação e valores que caracterizaram o início de suas atividades ilegais nas ruas da comunidade.

[...] Eu morava perto da “boca” do Antônio e sempre pegava lá com ele. Naquele tempo a gente fumava o “solto”, era “meio mundo” de “bagulho” quando tu ia fazer um “jogo”. (Nesse momento o interlocutor articula as duas mãos com a intenção de mostrar a quantidade que era adquirida) Tinha as bala de dois (reais) mas também tinha na quantidade! Quando o cara ia pegar de quantidade a galera vendia era na “lata”! (Referência a latas de leite em pó que eram utilizadas como medidas para a venda da erva) Hoje você pode procurar na favela toda que você não acha quem venda do “solto”! [...] (Carlos, 45 anos, comunicação pessoal, morador de Pontamar)

Nas décadas de 1980 e 1990, como aponta Carlos e outros interlocutores da pesquisa, predominava nos bairros das periferias de Fortaleza o comércio da *cannabis* do tipo “solta”, apresentada sob a forma de “balas”, quando em pequenas quantidades, ou sob a forma de “latas”, quando em maiores volumes. Durante esse período o tráfico varejista da “erva” em Pontamar passa a ter Antônio como um de seus grandes protagonistas. Contando com a cooperação e organização de sua rede familiar, o traficante estabeleceu conexões duradouras com produtores das cidades que compõem o “Polígono da Maconha”, histórica zona produtora da droga na região Nordeste do país⁸, garantindo por muitos anos o abastecimento regular da mercadoria em sua comunidade.

⁸ O “Polígono da Maconha” abrange cidades localizadas nas divisas dos estados nordestinos de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe (Fraga, 2006).

A presença da *cannabis* em cidades pernambucanas (Belém de São Francisco, Betânia, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Floresta, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista, Orocó e Petrolina) e baianas (Curaçá, Glória, Juazeiro e Paulo Afonso) foi registrada ainda no século XIX pelo inglês Richard Burton (Fraga, 2015). Preocupação das autoridades brasileiras desde pelo menos os anos 1950, a produção de *cannabis* na região do Polígono teria sido responsável durante as décadas de 1980 e 1990 por cerca de 40% do produto consumido no país (Fraga, 2015), corroborando os argumentos que consideram que não apenas o tráfico e o consumo, mas também a produção da droga é um fato pertinente e recorrente na região.

Historicamente abastecidas pelas grandes quantidades da droga originárias das cidades do Polígono, a oferta da *cannabis* “solta” teria caracterizado a cena do tráfico varejista nas periferias de Fortaleza até pelo menos o início dos anos 2000⁹. Nesse arranjo, as grandes “balas” do “solto”, apresentação comum no varejo das periferias cearenses nas décadas de 1980 e 1990, associam-se não apenas às práticas que caracterizavam o consumo no período, mas também à prevalência de rotas regionais do tráfico dessas mercadorias no Nordeste brasileiro.

O comércio de grandes volumes da *cannabis* do tipo “solto”, e em menor quantidade comprimidos, nas periferias dos bairros de Fortaleza e cidades do Ceará, não produziram nesse período os ganhos econômicos e políticos capazes de estimular a conformação da cena criminal que se precipitaria em meados da presente década em terras cearenses. O arranjo que tornou possível e necessária (Foucault, 2000) a capilaridade de redes criminais nas periferias do estado parecem estar associadas, para além das políticas estatais conectadas ao populismo penal e à expansão da malha carcerária (Wacquant, 2005), às mudanças que transformaram, a partir do final da década de 1990, a oferta das mercadorias ilegais nas periferias cearenses e seus respectivos ganhos econômicos, simbólicos e políticos.

⁹ Segundo dados da pesquisa, as principais drogas consumidas nas periferias de Fortaleza nesse período eram: a *cannabis* do tipo “solto”; comprimidos, tais como a *artane* e o *rohypnol*; e, solventes, especialmente a cola.

1.1. Transformações do mercado varejista de drogas ilegais e suas implicações para o arranjo da cena criminal no Ceará

No início dos anos 2000, como apontam nossos interlocutores, uma diversificação na oferta das drogas que circulavam nas periferias de Fortaleza impulsionou, não sem conflitos, a transformação das experiências associadas ao comércio desses produtos e o perfil econômico dos traficantes varejistas da cidade. “Da noite para o dia”, o “solto” sumiu das “bocadas” cearenses e em seu lugar passou a ser ofertado um produto apresentado sob uma forma diferente, associado a novos gostos, cheiros, ritmos de consumo e preços.

Um dia eu cheguei lá na “boca” do Vitalino pra pegar um “bagulho” (*cannabis*) e o cara me apareceu com uma “balinha” bem pequenininha. (Com a mão esquerda o interlocutor coloca em sentido paralelo os dedos indicador e polegar com o objetivo de demonstrar o tamanho diminuto da quantidade ofertada) Eu olhei praquela “merreca” e perguntei que “porra” era aquela! A Maria me olhou e disse que era o “paraguaio”, que era pequeninho, mas era potente! Que era melhor do que o “solto”. Na hora eu fiquei indignado e pedi foi meu dinheiro de volta. Eu tava acostumado com as “balas” de dois do “solto” e a mulher me chega com uma balinha “mirrada”! [...] (André, 50 anos, comunicação pessoal, morador de Pontamar)

Batizada nas periferias de Fortaleza de “paraguaio”¹⁰, a *cannabis* “prensada” popularizou-se nas “bocadas” do estado no início dos anos 2000, ocupando um mercado historicamente dominado pela oferta de seu tipo “solto”¹¹. Nesse período, como apontam os dados da pesquisa, o “prensado”, a cocaína, antes restrita a determinados espaços da cidade, e o *crack* inundaram as periferias do Ceará, revelando não apenas as conexões do estado com o tráfico nacional e internacional

¹⁰ O Paraguai é considerado, por fatores climáticos, geográficos e econômicos, um dos grandes produtores de *cannabis* da América do Sul. Fraga (2006) aponta que “A maconha paraguaia entra no Brasil pelo Mato Grosso do Sul, pela cidade fronteiriça de Ponta Porã e por Dourados, proveniente de Pedro Juan Caballero e Capitán Bado. Proporção considerável de maconha que ingressa no país vem pelo Rio Paraná, cuja boa navegação (e corrupção) facilita a entrada” (Fraga, 2006, p. 101).

¹¹ As representações e valores relacionados ao uso da *cannabis* do tipo “solto” foram sensivelmente alterados com a penetração de sua versão “prensada” nas duas últimas décadas no Ceará. Com a oferta do “paraguaio” o consumo do “solto” foi associado a narrativas que valorizam um cuidado e uma “dietética de si” (Foucault, 2004). Frente às incertezas relacionadas às formas de produção e substâncias presentes na *cannabis* “prensada”, o “solto” tem sido associado a processos “naturais” de produção, menos carregados de substâncias potencialmente nocivas ao organismo e mais próximos de um consumo que valoriza o cuidado de si.

de mercadorias ilegais, mas também as bases econômicas e políticas sobre as quais se desenvolveria de maneira gradual a atual cena criminal local.

Com ampla circulação nos estados fronteiriços e na região Sul e Sudeste do país, a chegada dessas drogas às periferias de Fortaleza transformou os ganhos econômicos dos traficantes varejistas na capital cearense, devido aos valores aplicados, a quantidade comercializada e as dinâmicas de consumo desses produtos. Integrados às redes que conectam produtores e consumidores de drogas ilegais¹², sobretudo após a inauguração do Aeroporto Internacional Pinto Martins em 1999 e do terminal portuário do Porto do Pecém em 2002, os traficantes atacadistas que atuavam ou passaram a atuar no estado transformaram a oferta dessas mercadorias no Ceará, potencializando de maneira significativa, como um mercado residual ou não, a lucratividade do comércio varejista dessas substâncias nas “bocadas” das periferias cearenses¹³.

Comparando a época em que vendia “bagulho solto” com o momento em que as drogas da conexão paraguaia chegaram às periferias de Fortaleza, Pedro, traficante varejista há mais de 40 anos, considera que:

Era complicado demais cara! A gente pegava uma “lata” ali no Trilho (comunidade localizada no bairro vizinho) desfazia tudo em “bala de dois” e do apurado a gente tirava o “de comer”. Todo dia era essa marmota! Ninguém tinha dinheiro pra nada! Às vezes ia almoçar era tarde porque não tinha feito o apurado ainda! Era “foda” nessa época! [...] Isso aí foi até a hora que chegou as drogas que os caras começaram a trazer do Paraguai. Quando chegou o “prensado”, o “branco” (cocaína) e a pedra (*crack*) na favela o negócio mudou! [...] Macho, os menino tudim agora tem uma casa decente pra morar, tem moto, tem carro! Olha aí a casa da mãe macho! Dois andar, toda rebocada, toda equipada! [...] O Antônio aqui na favela tem é mais de quarenta “barracos” (alusão a unidade domiciliar), tudo alugado! O negócio agora é “barriga cheia”! [...] (Pedro, 62 anos, comunicação pessoal, morador de Pontamar)

¹² Thoumi (2014) aponta que durante os anos 1990 a demanda mundial por mercadorias ilegais passou por transformações significativas, sobretudo devido à saturação do mercado norte americano, levando os produtores de drogas sul-americanos à exploração de novos mercados consumidores e rotas alternativas para o escoamento dos produtos.

¹³ Os interlocutores da pesquisa apontam que a oferta dessas novas mercadorias nas periferias de Fortaleza não foi uma demanda dos usuários nem dos varejistas locais, mas uma “ideia” que atendeu, principalmente, os interesses dos atacadistas da droga que abasteciam as “bocas” da cidade.

Junto com os hábitos e estilos de consumo dos usuários de drogas¹⁴, a oferta de novas mercadorias, sobretudo a cocaína, a *crack* e a *cannabis* “paraguaia”, nas periferias de Fortaleza e demais cidades do estado, transformou positivamente os ganhos econômicos dos traficantes varejistas que atuavam nesses espaços, como aponta nosso interlocutor. O “apurado” do comércio das drogas, de onde só se tirava o “de comer”, deu lugar, com a popularização do tráfico varejista dessas mercadorias no Ceará, a um processo de acumulação econômica que passou a garantir o acesso desses atores a uma série de mercados ilegais e bens de consumo, como casas, veículos e armas de fogo.

No rastro dessa narrativa, corroborada por outros interlocutores, os processos que tornaram possível o arranjo da cena criminal cearense que ganha visibilidade através de uma série de “eventos espetaculares” a partir de 2014¹⁵ associam-se, entre outros fenômenos, a processos econômicos, políticos e sociais que se desenvolvem no estado desde pelo menos o início dos anos 2000¹⁶. A ampliação da oferta de drogas ilegais, a conformação de públicos consumidores assíduos e as altas cifras associadas a esse comércio, permitiram a acumulação de bens materiais, consideração (Sá, 2011) e armas de fogo pelos traficantes varejistas das comunidades de Fortaleza, estimulando as condições de possibilidades para que mais tarde estes atores assumissem posições de liderança e controle na estrutura

¹⁴ Algumas mudanças sentidas pelos usuários de *cannabis* no período, como apontam os interlocutores, estão associadas a transformações no gosto, cheiro, rituais, quantidades diariamente consumidas, gastos financeiros e insumos utilizados.

¹⁵ A partir de 2014 multiplicam-se no estado: rebeliões em instituições penitenciárias que resultaram em decapitações e divisões de presídios por facções; chacinas protagonizadas por sujeitos ligados a coletivos criminais (Paiva *et al.*, 2019); pactos e acordos de “pacificação” entre membros de facções rivais; anúncios de toques de recolher e ataques a instituições e prédios públicos; e, expulsões em massa de famílias de conjuntos habitacionais e bairros das periferias de Fortaleza. Ver: “Pacificação das periferias da cidade pelo crime organizado foi comemorada em marcha pelo município”. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471636285_536064.html; “Ataques chegam a 64 no Ceará; salve da facção anuncia novos alvos”. <https://veja.abril.com.br/brasil/ataques-chegam-a-64-no-ceara-salve-de-facao-anuncia-novos-alvos/>; “Fortaleza sitiada Guerra entre facções nas periferias da capital cearense expulsa moradores de casa, provoca a mudança de crianças da escola e faz o número de homicídios explodir”. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html. Acesso em 03/02/2021.

¹⁶ As análises que centram sua atenção em eventos espetaculares tendem a desconsiderar os processos históricos de *acumulação social* (Misse, 2006) que envolvem a atuação e reprodução de sujeitos ligados ao crime no Brasil. No Ceará essas análises tendem a desconsiderar, sendo essa uma das hipóteses do presente trabalho, o papel decisivo da variação da oferta de drogas ilegais e seus respectivos impactos econômicos e políticos na conformação do arranjo criminal das periferias cearenses.

hierárquica das redes criminais que conectam o estado às rotas internacionais e nacionais do tráfico de mercadorias ilegais¹⁷.

2. Tráfico varejista, periferias e redes criminais em Fortaleza, Ceará

As mudanças nas formas de organização, gestão e controle das atividades ligadas ao comércio de mercadorias ilegais que se pronunciaram nas periferias cearenses em 2014 foram acompanhadas por processos que alteraram sensivelmente as experiências dos varejistas de drogas em Fortaleza. O arranjo local que ganhou corpo nas periferias do estado como resultado das interações entre as formas coletivas historicamente presentes nesses espaços, especialmente traficantes varejistas e integrantes de gangues juvenis (Diógenes, 1998; Matos-Júnior, 2008), e os representantes do modelo empresarial em rede do crime negócio, que articula o interior das instituições carcerárias e os bairros de nossas cidades (Misse, 2006; Zaluar, 2004; Biondi, 2010)¹⁸, estimulou a tessitura de percepções e experiências significativamente diferentes com relação ao tráfico, suas dinâmicas e hierarquias. Diante da figuração criminal que coloca em evidência sujeitos conectados, alguns mais outros menos, à GDE, CV, PCC e FDN, pretendemos explorar, nesse momento do texto, as percepções de traficantes varejistas das periferias de Fortaleza sobre as mudanças, sobretudo a partir de 2014, em suas experiências associadas ao tráfico e o consumo de drogas.

2.1 Redes criminais, gestões centralizadas e tráfico varejista de drogas nas periferias

A atuação “silenciosa” dos traficantes varejistas das periferias cearenses, muitas vezes ofuscada pelo protagonismo dos conflitos entre as gangues de bairros e a atuação das torcidas organizadas que caracterizaram durante algumas décadas a cena criminal do estado, alterou-se gradualmente com o processo

¹⁷ Cerca de uma década após a chegada do “paraguaião”, no início de 2011 a *cannabis* de tipo híbrida, nacionalmente conhecida como *skunk*, passou a ser comercializada com sucesso nas “bocadas” de Fortaleza e demais cidades do estado. A penetração do *skunk* “manauara”, nesse novo ciclo de diversificação da oferta de produtos, tende a revelar não apenas a capacidade empresarial dos traficantes atacadistas que atuam no Ceará, mas também a presença de coletivos da região Norte do país que passam a conectar o estado às rotas internacionais do tráfico de mercadorias ilegais que atravessam aquela região.

¹⁸ “Levantamento feito por agências de inteligências ligadas ao governo federal apontaram a existência de mais de 80 gangues prisionais no Brasil, modelo que se tornou presente nas 27 unidades da federação” (Manso e Dias, 2017, p. 27).

de expansão de coletivos nacionalmente consolidados, especialmente o CV e o PCC, e a emergência de grupos locais articulados a essas redes, sobretudo a GDE. Quando novas dinâmicas de gestão e controle agenciadas por coletivos que atuam no interior das prisões cearenses e nos bairros de suas cidades se exacerbam e ganham visibilidade em meados de 2014, como resultado de um processo violento de disputas em torno do controle dos territórios do tráfico de drogas ilegais no estado, os varejistas que atuavam de maneira pulverizada nas “bocadas” de Fortaleza destacam que um processo de centralização da gestão e controle dos ilegalismos, à revelia de muitos, incidiu de maneira direta em suas práticas, margens de atuação e expectativas de lucros associados ao tráfico.

Os ganhos econômicos das últimas duas décadas, o respeito e consideração (Sá, 2011) acumulados ao longo de dedicadas carreiras criminais e o uso da violência e armas de fogo como dispositivos recorrentes de controle nesses espaços tornou possível a consolidação de lideranças locais que passaram a controlar de maneira centralizada as atividades ligadas ao comércio de mercadorias ilegais nas periferias cearenses. Em meio aos conflitos que envolveram a afirmação de domínios territoriais no estado, sujeitos que emprestam seus nomes aos lucrativos espaços do tráfico da cidade e outros que ganharam destaque nesse momento de *capilarização das redes criminais* nas periferias de Fortaleza consolidaram-se como figuras responsáveis pela gestão dos territórios das cidades, seus conflitos e atividades ilegais (Feltran, 2010; Biondi, 2018), tornando possível uma experiência criminal permeada por dinâmicas de controle que tensionam sensivelmente as experiências dos varejistas localmente enraizados.

Como aponta Tico:

[...] Eu vendo aqui e meus primos vendiam lá na terceira quadra. Isso tem uns 20 anos. ‘Nós tinha’ que se virar pra ir atrás de uns e outro fornecedor que a gente conhecia. Aí quando eu conseguia uma mercadoria boa, eu “jogava na mão” da galera pra todo mundo ganhar um trocado. Tinha que correr atrás, perguntar onde tinha e “meter as cara” para ganhar dinheiro. Às vezes o negócio ficava bravo e passava um tempo sem “rolar” nada. Hoje o negócio tá diferente! Veio uns moleques aqui em casa, de uma hora pra outra, e disseram que se eu quisesse continuar “agilizando” ia ter que comprar deles agora! Vieram com um papo que eu tinha que “fortalecer o lado” da galera aqui do bairro e que agora era “tudo 2”! (Referência ao coletivo criminal fluminense do Comando Vermelho) Agora, se eu

quisesse continuar adiantando tinha que pegar só deles! Disseram que se eu pegasse de outra pessoa eles iam saber e iam “cobrar”. [...] (Tico, 40 anos, comunicação pessoal, traficante varejista há cerca de 20 anos)

Em sua fala, Tico revela não apenas as dificuldades envolvidas na aquisição de drogas para o tráfico varejista nas periferias de Fortaleza no final da década de 1990 e início dos anos 2000, mas também pistas significativas sobre os processos difusos que envolvem a consolidação de lideranças em nível local e a exacerbação de práticas de controle ligadas à gestão do comércio de mercadorias ilegais.

Para nosso interlocutor, envolto pelas pressões de uma gestão territorial permeada por ameaças, violências e armas, a continuidade e o sucesso de suas atividades ilegais passavam, agora, não apenas pela aquisição de mercadorias de fornecedores predeterminados, geralmente associados às redes que envolvem suas lideranças¹⁹, mas também pela expressão da adoção de novas maneiras de imaginar e engajar-se no “mundo do crime”. O comércio varejista de drogas, que ajudou a mudar o poder aquisitivo e bélico dos traficantes das periferias cearenses nas duas últimas décadas, necessitava para seu funcionamento nesse novo arranjo, de um engajamento dos varejistas, muitas vezes involuntário, com fornecedores capazes de garantir a reprodução e o fortalecimento de redes que atuam nesses territórios²⁰.

Apreciado de maneira positiva, especialmente quando a variedade dos produtos e os altos lucros ligados ao comércio ilegal de drogas entram em pauta, o processo de exacerbação do controle das atividades do comércio varejista nas periferias cearenses foi apresentado em outros relatos sob uma ótica negativa, sobretudo quando entravam em pauta processos associados às restrições na escolha de

¹⁹ O processo de atuação desses grupos e rearranjo dos domínios territoriais nas periferias de Fortaleza foi marcado por uma série de expulsões de traficantes varejistas, especialmente membros de coletivos rivais, e moradores locais. A partir de 2014 observamos no estado a intensificação de deslocamentos forçados em conjuntos habitacionais e bairros das periferias de Fortaleza e demais cidades do Ceará. Ver: “Fortaleza sitiada Guerra entre facções nas periferias da capital cearense expulsa moradores de casa, provoca a mudança de crianças da escola e faz o número de homicídios explodir”. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html. Acesso em 03/02/2021.

²⁰ O desabastecimento de drogas que eventualmente ocorre nas rotas dos coletivos criminais que atuam em Fortaleza e demais municípios do estado tende a se espalhar pelas “bocadas” dos territórios gestados por esses grupos. A quantidade, variedade e qualidade das drogas tendem a ser compartilhadas, mais com alguns e menos com outros, pelos varejistas locais que se conectam de alguma forma aos coletivos responsáveis pelo abastecimento de mercadorias ilegais no estado.

fornecedores, às diminuições das margens de ação individual e às resoluções violentas de conflitos interpessoais. Para Catita, que afirma ter deixado de traficar devido às exigências relacionadas a esse novo arranjo:

[...] Não vale a pena mais o cara se envolver no tráfico não! E não “tó” falando nisso por causa do dinheiro não. “Mô galera” (muita gente) enricou nesses últimos anos aqui “nas área” com o tráfico. Nunca vi tanto dinheiro circular na favela! Eu até queria “tá” ganhando esse dinheiro também, mas não vale a pena não! Hoje pra tu traficar tu é obrigado a comprar “dos caras” que a galera manda, tu tem que comprar arma, tu tem que formar o teu “exercitozinho” pra entrar no jogo e a galera te respeitar. Já “tô” velho demais pra isso cara! Os pivete entra nessas parada e tu vê aí um monte de mãezinha chorando, por que o cara tem que dar a vida pela facção! Não entrei no tráfico pra isso não meu chapa! [...] (Catita, 62 anos, comunicação pessoal, traficante varejista há pelo menos 40 anos)

As restrições relacionadas à escolha dos fornecedores que agora poderiam ser acionados no abastecimento das “bocas” de Fortaleza minavam, aos olhos dos nossos interlocutores, as impressões de liberdade e auto-organização que pareciam caracterizar historicamente as atividades dos sujeitos envolvidos no tráfico varejista das periferias cearenses.

“Permanecer no tráfico” nesse arranjo que se pronuncia publicamente a partir de 2014 permitia, por um lado, o acesso à complexa rede do tráfico de mercadorias ilegais e suas lucrativas atividades, e exigia, por outro, o enredamento desses sujeitos nas teias de obrigações morais e práticas associadas aos valores, normas e regras que balizam, sob a ameaça de violência e morte, a atuação dos coletivos criminais nas periferias cearenses. Os varejistas de Fortaleza, segmentados em grupos localmente enraizados, deviam agora responder, quando cobrados, aos responsáveis por “sua área”, esquadrihadas em meio aos conflitos pelos territórios do tráfico na cidade. Em nome da manutenção de domínios territoriais e rendimentos econômicos dos grupos locais e das redes com as quais se conectam, lideranças foram responsabilizadas pela cobrança de “pisos” e “furos” em seus

domínios, articulando novas maneiras de conduzir e administrar a resolução de conflitos e o tráfico varejista no estado²¹.

A atuação centralizada dessas lideranças e os dispositivos de controle acionados na gestão de seus territórios foram capazes de garantir, e em alguns casos aumentar, a continuidade das lucrativas atividades dos varejistas que atuam nas franjas das cidades e “fortalecer o lado” dos coletivos criminais que atuam no Ceará, ao passo que incorporava esses sujeitos, alguns mais e outros menos, às redes responsáveis pela gestão do crime dentro e fora das prisões do país. Essa figuração criminal, que torna possível e necessário um processo de centralização da gestão dos ilegalismos e a exacerbação de práticas de controle, exigem dos varejistas de Fortaleza engajamentos sensivelmente diferentes daqueles que historicamente configuraram o comércio de mercadorias ilegais na cidade. “Vestir a camisa da facção” parece ter enredado nossos interlocutores em uma teia de controles e obrigações práticas e subjetivas que incide de maneira decisiva sobre as dimensões materiais, simbólicas e morais de suas experiências associadas ao tráfico varejista de drogas ilegais, revelando algumas das transformações recentes da cena criminal no estado.

2.2 Redes criminais, controle e consumo de drogas

Um processo de centralização da gestão das atividades ilegais nos territórios da cidade e a exacerbação do uso de mecanismos de controle pelos representantes localmente enraizados das redes criminais no Ceará estimularam a tessitura de novos valores e comportamentos associados ao tráfico varejista. Acostumados a jornadas e rotinas de trabalho pautadas em suas expectativas de lucros e demandas consumistas, os varejistas das periferias de Fortaleza passaram a cumprir horários rígidos de trabalho, a evitar práticas históricas que tendiam a maximizar ganhos econômicos e a abandonar o consumo de determinadas substâncias, moralmente rechaçadas e desvalorizadas em suas redes.

²¹ Feltran (2010) aponta que a utilização da violência armada seria a “[...] fonte última da legitimidade e autoridade do “mundo do crime” e dos “irmãos” nas periferias da cidade. Entretanto, cotidianamente, esses grupos manejam componentes muito mais sutis de disputa pelas normas de convivência, como a reivindicação de justiça dos comportamentos, amparados na “atitude”, “disposição” e “proceder” na oferta de “justiça” a quem dela necessita” (Feltran, 2010, p. 63).

Traficante varejista há mais de 10 anos na comunidade de Rosacruz, Renato considera que:

[...] As coisas mudaram muito cara! Antes o “nego” acordava a hora que queria e eu que fazia o meu horário! Agora eu tenho que prestar conta de tudo que eu faço! Deu a hora, eu tenho que tá lá no beco. E aí de mim se eu não tiver lá! Os cara sabe de tudo e vem logo “cobrar”! Pode vir aqui que toda hora tem um “pivete” aqui pra despachar a droga. (Renato, 39 anos, comunicação pessoal, traficante varejista morador de Rosacruz)

A gestão mais centralizada das atividades ilegais e as práticas de controle associados a esse arranjo demanda de nossos interlocutores disposições e comportamentos distintos daqueles com os quais estavam cotidianamente acostumados. Como aponta Renato, regimes de trabalho mais rígidos foram impostos pelos “patrões” locais do crime aos varejistas do tráfico, deteriorando a capacidade de autorregulação e a margem de ação desses sujeitos nas “bocas” da cidade. O cumprimento de extensos horários de trabalho, o manejo adequado do estoque para o abastecimento regular da “boca” e a precisão na prestação de contas dos valores negociados durante “a atividade”, entre outros comportamentos, mais do que somente relações monetárias significavam, nesse contexto, a possibilidade de “andar pelo certo” e permanecer integrado aos grupos locais ligados ao crime (Marques, 2014). Associados a uma ética e moralidade do crime (Biondi, 2010; 2018), o descumprimento dessas regras poderia “deixar um furo” passível de severas cobranças, que vão desde repreensões verbais e suspensões momentâneas na participação das atividades do tráfico até processos de expulsões e assassinatos²².

Integrados às redes dos coletivos criminais os varejistas do tráfico transformaram, sob o signo da vigilância e da ameaça, não apenas suas rotinas de trabalho, mas também suas práticas de consumo, ajustando-as aos valores e necessidades de um novo arranjo criminal. Antônio aponta que muitos de seus parceiros do tráfico

²² Barreira (2015) aponta que a crueldade seria uma das marcas das ações dos coletivos que atuam no Ceará a partir de 2014. Em busca de afirmação e reconhecimento, grupos locais encontrariam na crueldade, segundo o autor, um mecanismo capaz de revelar sua força e organização.

foram estimulados e pressionados a abandonar o consumo de algumas substâncias quando passaram a “vestir a camisa” dos Guardiões do Estado (GDE)²³:

[...] Os cara não aceita “vacilo” não! Tinha uns e outro aí que dava maior valor tomar umas “rocha” (comprimido *rohypnol*) e tiveram que parar de tomar pra entrar pra facção. Deram o toque que mesmo quando não tivesse no “corre” não podia tomar, pois era droga de “vacilão”! O “pivete” que quer “vestir a camisa” hoje não pode tomar rocha e nem fumar *crack* na favela. Se a galera pegar o cara fumando *crack* e tomando rocha é um “foguete” do tamanho do mundo! [...] (Antônio, 40 anos, comunicação pessoal, traficante varejista morador de Pontamar)

Os processos dinâmicos de ajustamento dos traficantes varejistas ao arranjo criminal articulado em redes no Ceará, como aponta nosso interlocutor, envolveram uma série de mudanças comportamentais e consumistas ajustadas às exigências comerciais, morais e éticas que permeiam os discursos e formas de reprodução desses coletivos no estado. Sujeitos que até então afirmavam gozar de autonomia e liberdade, relativamente amplas, em suas tomadas de decisões foram envolvidos pela interdição do consumo de drogas que no “mundo do crime” cearense, e não apenas nele, tendem a ser apreciadas de maneira negativa. Como ponderou Antônio em outro momento, “*Malandro não usa pedra, só vende!*”.

A interdição do consumo de determinadas drogas nas periferias de Fortaleza, especialmente o *crack* e comprimidos, foi acompanhada por uma limitação relativa aos espaços onde essas substâncias poderiam ser cotidianamente consumidas. Historicamente temerosos quanto à presença das forças policiais durante o consumo de drogas no interior de suas comunidades, nesse novo arranjo criminal, que articula o interior das prisões e as periferias do estado, os traficantes varejistas foram pressionados a abandonar o consumo de drogas, sobretudo maconha e cocaína, em determinados espaços de seus territórios.

²³ O mito fundacional da GDE, segundo reportagens e narrativas dos interlocutores da pesquisa, articula-se, em algumas versões, a atuação de torcidas organizadas nos bairros periféricos de Fortaleza e, em outras, à mobilização da massa carcerária no interior das instituições do sistema penal do estado em 2010. Ver: “Com estatuto e arrecadação mensal, maior facção do Ceará desafia controle do Estado”. <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/seguranpublica/com-estatuto-e-arrecadacao-mensal-maior-facciao-do-ceara-desafia-controle-do-estado/>. Acesso em 03/02/2021.

Morador de Rosacruz e traficante varejista há pelo menos duas décadas, Paulo recorda que certo dia, ao acender um “baseado” na rua que dá acesso à praia da comunidade, foi alertado por um de seus companheiros de atividades que ninguém mais poderia usar drogas naquele local de agora em diante. Descrevendo suas impressões e experiências sobre as limitações do consumo nos espaços da cidade, nosso interlocutor ponderou que:

[...] Todo mundo sabe que é errado usar droga, principalmente na frente das “criança”! Aí tem cara folgado que chega se sentindo o dono da praia e acende um baseado do tamanho do mundo no “mei” dos “coroa” e das “criança”. Aí vem a tiazinha da igreja e tem que ver aquilo ali. Agora a gente não deixa mais não, senão vira bagunça. Se o “pivete” não souber a gente avisa numa boa, agora se continuar aí não é mais comigo que dei o aviso, é com os “pivete” da facção que vão “cobrar”. Não adianta nem se fazer de desavisado, todo mundo sabe que aqui não pode! [...] (Paulo, 38 anos, comunicação pessoal, traficante varejista morador de Rosacruz)

A narrativa de Paulo destaca algumas das transformações recentes que ocorreram nas dinâmicas de controle exercidas sobre o consumo de drogas nos territórios dominados por coletivos criminais em Fortaleza, revelando pistas sociológicas significativas sobre os valores, códigos e disposições que passam a nortear as ações dos sujeitos envolvidos no tráfico varejista, como também dos moradores das periferias da cidade.

Nas favelas de Fortaleza traficantes varejistas e seus clientes foram proibidos de consumir drogas em espaços onde funcionam equipamentos de relevância comunitária e onde circulam muitas pessoas, tais como praças públicas, pontos de ônibus, escolas, postos de saúde e templos religiosos. Os espaços da comunidade e determinados grupos sociais, especialmente famílias, religiosos, idosos e crianças, deviam agora, mais do que em outros tempos, serem respeitados, evitando-se a todo custo o consumo de drogas ilegais, especialmente maconha e cocaína, diante desse público.

Advertidos oralmente ou através de inscrições estampadas nos muros de seus territórios²⁴, os traficantes varejistas cearenses ajustaram dinamicamente suas práticas ao vincularem-se às redes locais e nacionais que atuam na gestão do crime no Brasil. Sob essa perspectiva, o abandono do uso de drogas grupalmente desvalorizadas e a interdição seletiva dos espaços para seu consumo emergem como práticas associadas à adoção de novas disposições e a profundidade dos engajamentos individuais com atividades ilegais. Em meio às expectativas de sobrevivência e altos lucros, às aspirações por pertencimento grupal e reconhecimento social, e, os dispositivos de controle e violência acionados nas franjas da cidade, estão sendo tecidas, sobretudo a partir de 2014, formas substancialmente diferentes de representar e vivenciar a ilegalidade e suas tramas nas periferias do Ceará.

Considerações finais

Diante do exposto ao longo do texto, podemos considerar em nossas linhas finais que as dinâmicas de trabalho e o consumo de drogas ilegais pelos traficantes varejistas de Fortaleza, Ceará, vem passando por processos de mudanças sensíveis a partir da diversificação da oferta de produtos nas periferias da cidade e a articulação de novos atores nessas atividades. Explorando as pistas que a análise dessas transformações do mercado da droga nos permite entrever e nos distanciando de investigações que privilegiam em suas linhas exclusivamente “eventos espetaculares”, tais como ataques a prédios públicos e rebeliões em instituições carcerárias, a atuação dessas redes criminais, de alcance nacional e internacional, revela-se anterior aos eventos que vêm sacudindo a capital cearense desde meados de 2014.

Privilegiando as conexões entre a diversificação da oferta de drogas e a atuação desses coletivos criminais, as significativas transformações que tensionam o lucrativo comércio de mercadorias ilegais nas periferias de Fortaleza e o engajamento dos sujeitos nessas arriscadas atividades podem ser compreendidas de maneira mais qualificada. Sob essa perspectiva, a variação da oferta de produtos ilegais nos últimos vinte anos, associada a outros fenômenos acionados por agentes públicos e privados, promoveu mudanças significativas não apenas na lucratividade e perfil dos traficantes varejistas da capital cearense, sobretudo a

²⁴ As inscrições nos muros da cidade indicam, entre outras situações, a presença, domínio territorial, alianças e exigências comportamentais dos coletivos criminais que atuam nas periferias de Fortaleza. Para mais detalhes ver Matos-Júnior e Santiago-Neto, 2019.

partir do comércio da cocaína e do *crack* nas “bocadas” da cidade, mas também nos ajustamentos e dispositivos de controle necessários aos engajamentos desses sujeitos às redes que se capilarizaram, especialmente a partir de 2014, nos bairros da periferia de Fortaleza. Sob o rastro da diversificação da oferta de drogas ilegais nas periferias da cidade no início dos anos 2000 e seus impactos econômicos, políticos e simbólicos, o arranjo criminal da década seguinte torna-se, quando associado a outros processos, possível e necessário (Foucault, 2000), revelando algumas das dinâmicas da gestão e controle do crime no Nordeste brasileiro.

Referências

- Adorno, S. (2002). Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: S. Miceli (Org.). *O que ler na ciência social brasileira* (pp. 267-307). ANPOCS: Editora Sumaré.
- Barbosa, A. R. (1997). *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. EDUFF.
- Barreira, C. (2013). Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. *Revista Brasileira de Sociologia*, 1(1), 217-241.
- Barreira, C. (2015). Crueldade: a face inesperada da violência difusa. *Sociedade e Estado, Curitiba*, 30(1), 55-74.
- Becker, H. (1994). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Hucitec.
- Biondi, K. (2010). *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. Editora Terceiro Nome.
- Biondi, K. (2018). *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. Editora Terceiro Nome.
- Bourdieu, P. (1994). *Razões práticas*. Papirus.
- Bourdieu, P. (2011). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.
- Caldeira, T. P. (2000). *Cidade de muros: crime e segregação e cidadania*. EDUSP.
- Carvalho, J. M. (2008). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Civilização Brasileira.
- Certeau, M. (2007). *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Vozes.
- Clastres, P. (2003). *A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política*. Cosac Naify.
- Clastres, P. (2004). *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política*. Cosac Naify.
- Coelho, E. C. (1979). A oficina do Diabo. In: M. P. Coelho (Org.). *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade* (pp. 27-196). Record.
- Diogénes, G. (1998). *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop*. Annablume.
- Elias, N. (2001). *O Processo Civilizador. Vol. 2: Formação do Estado e Civilização*. Zahar.

- Feltran, G. (2010). Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Cadernos CRH, Salvador*, 23(58), 59-73.
- Foucault, M. (2000). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2004). *A hermenêutica do sujeito*. Martins Fontes.
- Fraga, P. C. & Iulianelli, J. A. (2006). Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de cannabis no polígono da maconha. *Cadernos de Ciências Humanas-Especiaria*, 9(15), 95-118.
- Fraga, P. C. (2015). A participação feminina no plantio de cannabis no Vale do São Francisco. In: P. C. Fraga (Org.). *Mulheres e criminalidade* (pp. 09-36). Letra Capital.
- Freitas, G. J. (2003). *Ecossistemas da Violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. Relume Dumará.
- Goffman, E. (1980). *Estigma: Nota sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Zahar.
- Leeds, E. (1998) Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: Zaluar, A. e Alvito, M. *Um século de favela*. FGV editora.
- Manso, B. e Dias, C. (2017). PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 11(2), 10-29.
- Marques, A. (2014). *Crime e proceder: um experimento antropológico*. Alameda Editoria.
- Matos-Júnior, C. C. (2004). *A violência no contexto urbano: um estudo do processo de produção de sentidos e estereótipos sobre o espaço social e o indivíduo*. (Monografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil.
- Matos-Júnior, C. C. (2008). *Violência, Cidadania e Medo: Vivências Urbanas em Fortaleza*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Ceará, Fortaleza/CE, Brasil.
- Matos-Júnior, C. C. e Santiago-Neto, J. P. (2019). Os muros da cidade: domínios territoriais, alianças e segurança em Fortaleza, Ceará. *Revista Fotocronografia*, 05(1), 118-126.
- Mínayo, M. C. (1994). A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro*, X(1), 7-18.
- Misse, M. (2006). *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Lumen Juris Editora.
- Misse, M. (2008). *Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Revan.
- Misse, M. (2011). Crime comum e crime organizado no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de Sociologia e Política*, 19(1), 13-25.
- Nascimento, F. E. M. & Freitas, G. J. (2019). Facções, rebeliões, violência e gestão do aprisionamento no Ceará. *O público e o privado*, 17(2), 143-166.

- Paiva, L. F. S., Barros, J. P. P. & Cavalcante, R. M. B. (2019). Violência no Ceará: as chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. *O público e o privado*, 33(1), 73-98.
- Paiva, L. F. S. (2019). “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. *Cadernos CRH*, 32(2), 165-184.
- Ramalho, J. R. (1979). *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Editora Graal.
- Ribeiro, J. M. (2010). *Conflitos, Territórios e Identificações: o encontro de experiências nas torcidas organizadas Cearamor e M.O.F.I.* (tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.
- Sá, L. D. (2011). A condição de “bichão da favela” e a busca por “consideração”: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 4(2), 339-355.
- Simmel, G. (1967). A metrópole e a vida mental. In: O. Velho (Org.). *O fenômeno urbano* (pp. 10-24). Zahar.
- Siqueira, Í. B. L. & Paiva, L. F. S. (2019). “No Norte tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. *Revista Brasileira de Sociologia*, 7(01), 125-154.
- Thoumi, F. E. (2014). Organized crime in Colombia: The Actors Running the Illegal Drug Industry. In: L. Paoli (Org.) *The Oxford Handbook of Organized Crime* (pp. 196-219). Oxford University Press.
- Wacquant, L. (2003). *Punir os Pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Revan.
- Wacquant, L. (2005). *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Revan.
- Zaluar, A. (1994). *Condomínio do diabo*. Revan.
- Zaluar, A. (2004). *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. FGV.